

“UMA MODESTA ÁRVORE COMEMORATIVA” – A REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO E O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL (SANTA CATARINA, 1922)

Carolina Cechella Philippi* 

RESUMO

Este artigo analisou a publicação da Revista de Ensino Primário (1922) catarinense, atentando para os dispositivos narrativos e as indicações para organização da materialidade escolar em meio às comemorações do Centenário da Independência nacional. Interessou, pois, inquirir as formas pelas quais a revista apresentou dados, citações e referências na tentativa de construir a legitimidade necessária para o exercício do mando por parte da Diretoria Geral da Instrução Pública, então capitaneada por Henrique da Silva Fontes, bem como de dar subsídios à prática docente, sobretudo na instrução primária. Como considerações finais, assinala para as disputas mapeadas por meio das orientações fornecidas na publicação, bem como para o esforço narrativo em inserir a história e a instrução catarinense em um cenário nacional de luta contra o analfabetismo.

Palavras-chave: História da Educação, Profissão Docente, impressos educacionais.

*Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCLAr/Unesp), Araraquara/SP, Brasil, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (FE/Unicamp), Campinas/SP, Brasil.

“UNA MODESTA ÁRBOL COMMEMORATIVA” – LA REVISTA DE ENSEÑANZA PRIMARIA Y EL CENTENARIO DE LA INDEPENDENCIA NACIONAL (SANTA CATARINA, 1922)

RESUMEN

Este artículo ha tematizado la publicación de la Revista de la Enseñanza Primaria (1922) de Santa Catarina, prestando atención para los dispositivos de narrativa y las indicaciones para la organización de la materialidad escolar con motivo de las conmemoraciones del Centenario de la Independencia. Se buscó, por consiguiente, preguntarse sobre las maneras por las cuales la Revista ha presentado informaciones, citas y referencias para construir la legitimidad necesaria para el ejercicio de control de la Directoria General de Instrucción Pública, entonces liderada por Henrique da Silva Fontes. Intento, además, percibir los subsidios para la práctica de la enseñanza presentados en la revista, especialmente para la instrucción primaria. Como consideraciones finales, señala las disputas mapeadas por medio de las orientaciones aportadas en la publicación, como también para el esfuerzo narrativo en entender la historia y la instrucción catarinense en un escenario nacional de lucha contra el analfabetismo.

Palabras clave: Historia de la Educación, Profesión docente, Impresos educativos.

“A MODEST COMMEMORATIVE TREE” – THE PRIMARY SCHOOL MAGAZINE AND THE BRAZIL’S CENTENNIAL INDEPENDENCE. (SANTA CATARINA, 1922)

ABSTRACT

This article analyses on the publication of Santa Catarina’s Primary Education Magazine (1922), paying attention to the narrative mechanisms and the instructions for the organization of the school materiality in Brazil Independent’s centenary. As its objectives, aims to question the ways in which the magazine presented facts, citations, and references to build the necessary legitimacy for the Public Instruction Directory activities, headed by Henrique da Silva Fontes. In addition, the aim of this article was also to understand the way that the Primary Education Magazine provided subsidies for the teaching daily practice in primary school. In conclusion, notes the disputes tracked through the guidelines provided in the publication, as well as the narrative effort to enter Santa Catarina’s history and public instruction in a national situation of combat against illiteracy.

Keywords: History of Education, Teaching profession, Educational journal.

“UNE MODESTE ARBRE COMMÉMORATIVE” – LE REVUE DE L’ENSEIGNEMENT PRIMAIRE ET LE CENTENAIRE DE L’INDÉPENDANCE (SANTA CATARINA, 1922)

RÉSUMÉ

Le présent article décrit la publication de la Revue de l’Enseignement Primaire (1922), accordant une attention particulière aux dispositifs narratifs et les indications pour l’organisation de la matérialité scolaire dans les commémorations de l’anniversaire de l’indépendance du Brésil. S’est intéressée interroger les moyens par lesquels la revue a présentée informations, citations et références pour construire la légitimité nécessaire pour l’exercice de comande du Conseil de la Instruction Publique, dirigé pour Henrique Fontes. Également, on a cherché examiner les instructions dirigées au corps professoral ,principalement de la instruction primaire. Les considérations finales signalent pour las disputes mappés au travers de las orientations fournies dans la Revue, ainsi que pour l’effort narratif à insérer l’histoire et la instruction catarinense dans un scénario national de lutte contre l’analphabétisme.

Mots-clés: Histoire de l’éducation, Profession d’enseignant, Matières éducatifs.

Não foram poucas as iniciativas lançadas em solo catarinense em nome da comemoração do centenário da Independência brasileira. Foi em torno dessa voga comemorativa que se alavancaram esforços para delimitação das fronteiras interestaduais¹ (SANTA CATARINA, 1920, p. 10), se levantaram dados estatísticos junto às Superintendências Municipais (EXPEDIENTES DO SR. SECRETÁRIO GERAL DOS NEGÓCIOS DO ESTADO, 1916, p. 2), se planejou um recenseamento populacional pela Diretoria de Estatística (MENSAGEM APRESENTADA PELO EXMO. SR. WENCESLAU BRAZAO CONGRESSO NACIONAL EM 3 DE MAIO DE 1917, 1917, p. 2) e se compôs uma comissão dedicada a pensar as suas possíveis formas de celebração (CENTENÁRIO DO BRASIL, 1917, p. 3). Ademais, esse aniversário engendrou propostas de intervenções no espaço urbano pela via da inauguração de pontes e monumentos (O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, 1918, p. 1; O MONUMENTO AOS HERÓIS DO PARAGUAI, 1920, p. 2; ECHOS E FATOS, 1920, p. 2), mobilizou membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (A COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DO BRASIL, 1920, p. 1) e Catarinense em torno de publicações comemorativas (PARTE OFFICIAL, 1917, p. 2) e convocou nomes como o de Henrique Boiteux para a composição da Comissão Comemorativa do Centenário da Independência sediada e organizada no Rio de Janeiro, então capital nacional (O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, 1920, p. 1).

Isso porque a voga comemorativa envolveu não somente o aniversário de um marco político, mas a organização de dispositivos de rememoração que acabaram por legitimar a ação de alguns sujeitos específicos². Interessava, nesse sentido, a afirmação de uma nação coesa (COSTA; SOARES, 2020), instruída e apta a se colar nos ritmos da modernidade e da urbanização (BAHIENSE, 2022, s/p). Por outro lado, o aniversário da Independência nacional ocorria em meio a equações políticas delicadas. Ele, por um lado, celebrava um movimento de emancipação proposto por uma Monarquia da qual a ainda jovem República tentava se distanciar e, por outro, se dava em um momento de tensionamento dos arranjos republicanos, liberais e oligárquicos (KAFFER, 2016, p. 21 – 22). Nesse cenário, as comemorações escolares do primeiro Centenário da Independência foram um meio de disputar os significados que circunscreveram esse aniversário, fazendo-se ver em festividades e publicações voltadas especificamente ao público escolar³ (cf. SALGADO, 2021, s/p; COSTA; SOARES, 2020).

Em meio a esse panorama, o programa de festejos escolares oficiais das escolas catarinenses foi organizado por uma comissão específica designada via decreto governamental⁴ e incluiu

¹ A querela em questão tratava da delimitação de qual dos dois ramos do Rio Mampituba estabelecia a fronteira entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (SANTA CATARINA, 1921, P. 11 – 12).

² Consequentemente, privilegiou-se uma organização narrativa que evidenciou alguns sujeitos e versões em detrimento de outras (Cf. NEVES, 2020) e elegeram-se símbolos capazes de dar-lhe a legitimidade necessária na retórica republicana (CF. OLIVEIRA, 1989; CARVALHO, 2000).

³ Para Costa e Soares (2020, p. 3), é necessário analisar a celebração da independência nas escolas primárias por se tratar do nível de ensino mais acessível à população da época, tendo em todo o Brasil 1.239.636 de alunos matriculados.

⁴ A supracitada comissão foi nomeada via decreto 3081 (de 8 de maio de 1922) e foi composta por José Boiteux, Joe Collaço, Fúlvio Aducci, José O'donnell, Pedro Augusto Carneiro da Cunha e Carlos José da Motta Azevedo Corrêa (SANTA CATARINA, 1922, p. 19).

orientações para que os Hinos da Independência e Nacional fossem cantados em todas as escolas do estado, sem prejuízo dos programas locais. Além disso, seria organizada uma parada escolar que se desdobraria por dois dias (SANTA CATARINA, 1922, p. 20), devendo especificamente as escolas públicas executarem o programa festivo estipulado e enviado pelo então diretor da instrução, Henrique da Silva Fontes⁵. Nele, foram listados os procedimentos para hasteamento da bandeira, alocação de professores e estudantes, execução dos hinos e juramento⁶ à bandeira (Idem, p. 21 – 22). Ao final dos dois dias previstos para a efeméride, os discentes ganhariam como lembrança pequenos envoltórios coloridos contendo o mapa do Brasil e, ou reprodução do quadro “O grito do Ipiranga”, ou o retrato dos chefes de estado brasileiros. Tal lembrança foi oferecida ao estado pela Comissão Executiva da Comemoração, que lhe concedeu 24.000 unidades (Idem, p. 23).

Para além da realização das paradas escolares, também a Diretoria Geral da Instrução catarinense e seu dirigente ocuparam-se da publicação e veiculação da Revista de Ensino Primário, pensada especificamente como parte das efemérides comemorativas do Centenário da Independência⁷. Nela esmiuçaram-se aspectos atualizados da legislação escolar local, forneceram-se “subsídios para as aulas” (REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO, 1922, s/p), listaram-se as instruções para comemoração do centenário nas escolas e se apresentaram dados sobre a instrução primária em Santa Catarina. Sua publicação e veiculação foi anunciadamente parte da ode comemorativa ao centenário, destinando-se então à difusão dos aspectos organizacionais das paradas escolares e à divulgação da organização burocrática e pedagógica da escola catarinense do período. Compôs, portanto, os festejos de aniversário da Independência nacional convocando uma materialidade impressa que ordenou dispositivos narrativos, políticos e de modelização das práticas docentes (CARVALHO, 2018).

Talvez por compor de forma quase simbiótica os festejos de comemoração do Centenário da Independência, o único número da Revista de Ensino Primário catarinense foi veiculado na ocasião desses festejos, em setembro de 1922. Todavia, ainda que solitário, o volume único dessa Revista dá pistas sobre as estratégias narrativas que envolveram a promoção dos festejos escolares do período e das ações encampadas por Henrique Fontes quando na

⁵ Educador catarinense nascido em 1885 e falecido em 1966. Lecionou no *Gymnasio Catharinense* em 1910 e atuou como chefe escolar na capital antes de assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública (PIAZZA, 1985; PROCHNOW, 2009). Já na condição de Diretor da Instrução, editou e veiculou a Série de Leitura Graduada Fontes (Prochnow, 2009, p. 75 – 76), cuja circulação alcançou as escolas subvencionadas pelo governo federal, a Escola Normal e as escolas municipais (A REPÚBLICA, 1928, p. 2).

⁶ O juramento consistia na repetição das seguintes frases pelos estudantes, então organizados em fila: “prometo por toda a vida amar e honrar minha querida pátria e pugnar [sic] por seu engrandecimento com lealdade e perseverança” (SANTA CATARINA, 1922, p. 22).

⁷ A Revista de Ensino Primário possuía cinquenta páginas, assim organizadas: um editorial (“causas e fins”) escrito pelo chefe da Diretoria da Instrução, seguido dos títulos “legislação escolar”, “subsídios para as aulas”, “bibliografia”, “a comemoração do centenário nas escolas” e “a instrução primária em Santa Catarina”. Ademais, tinha como objetivos anunciados “fornecer aos professores primários [os] elementos para andarem na corrente dos fatos que [...] dizem respeito à sua missão” (FONTES, 1922, p. 1). Não há, em toda a publicação, demarcação de preço, o que permite inferir que sua distribuição ao corpo docente foi gratuita. Ademais, a única coluna cuja autoria foi anunciada é o editorial “causas e afins”. Não foram localizados dados a respeito de sua tiragem e forma de distribuição.

gestão da instrução pública catarinense (VIDAL, 2007), aqui entendidas como parte de um rol maior de operações (CERTEAU, 2009; 1985).

Dessa forma, este artigo tematiza o volume da Revista de Ensino Primário como parte constituinte de uma série de dispositivos comemorativos cujas práticas respingaram na materialidade da escola catarinense. Tomou, portanto, esse impresso educacional⁸ como objeto de análise para seu entendimento, matizando as disputas presentes nessa narrativa (ROMANO, 2018), operacionalizando-o para a análise das práticas de gerenciamento e organização do ensino catarinense (CERTEAU, *Op. Cit.*) e de trajetórias de diferentes sujeitos cujas ações e agências se entrecruzaram no campo educacional. Para tanto, interessou inquirir a publicação mobilizando as categorias “citações”, “temáticas abordadas” e “materiais listados” como meio de rastrear as narrativas presentes em torno dessa voga comemorativa, bem como os recursos discursivos, políticos e pedagógicos ali engendrados.

Ainda nesse esteio, este artigo se organizará em três partes. Na primeira – “o engendramento do mando” – é circunstanciada a atuação e os recursos mobilizados pela Diretoria da Instrução e pelo seu diretor como parte de um rol de estratégias para delimitação de sua esfera de gestão na instrução pública. Na segunda, nomeada como “o aparelhamento da prática”, inventariaram-se os recursos e citações mobilizadas com o fim declarado de subsidiar a prática docente. Por fim, a título de considerações finais, são estabelecidas relações entre a onda comemorativa do centenário da independência e paulatina construção do lugar e da representação social da escola como veículo promotor da nacionalidade.

O ENGENDRAMENTO DO MANDO

Quando Henrique Fontes assumiu o posto de chefe da Diretoria Geral da Instrução Pública catarinense em maio de 1919 (O ESTADO, 22 de maio de 1919, p. 1), ele o fez engendrando dispositivos que corroborassem com a paulatina construção de sua legitimidade. Foi assim, por exemplo, que ele capitaneou a publicação da *Série de Leitura Graduada Fontes*⁹, encampou demandas a favor dos membros da inspetoria estadual (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ofício expedido por Henrique Fontes ao Secretário do Interior de Justiça em 13 de setembro de 1920. Of. 2841. Fl. 65; DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ofício expedido por Henrique Fontes ao Secretário do Interior de Justiça em 22 de setembro de 1920. Of. 2952, Fl. 70; DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. Ofício expedido por Henrique Fontes ao Diretor do Grupo Escolar Vidal Ramos em 17 de janeiro de 1926, s/p)

⁸ Os impressos educacionais já foram fonte e objeto de investigação da História da Educação nas mais diversas frentes. Dentre elas, destaca-se sua mobilização para a compreensão histórica do sistema de ensino, a organização do espaço profissional do magistério (SOUZA; CATANI, 1994), os saberes didáticos (BOTO, 2014, p. 99 – 127) e as políticas de formação docente (CATANI; SILVA, 2007, s/p).

⁹ Segundo Prochnow (2009, p. 75 – 76), *A Série Graduada de Leitura Fontes* era uma sequência de livros pensados para uso escolar composta por uma cartilha e mais quatro livros de leitura. A edição da primeira e dos dois primeiros livros seriados se deu em 1920, do terceiro em 1929 e do quarto em 1930.

e encaminhou pedidos de provimento orçamentário e pedagógico das escolas do estado¹⁰. A esses esforços somaram-se o repertório de uma já longeva trajetória na instrução catarinense, já sendo ele um nome frequente nos periódicos e semanários locais como literato e professor, bem como em eventos de bancas de provas e concursos da instrução pública. Ademais, foi também marcante sua proximidade com as mais altas esferas do Partido Republicano Catarinense, então na figura de Hercílio Luz (O ESTADO, 1918, p.1), bem como sua inserção intelectual junto a Alexandre e José Boiteux (O ESTADO, 1918, p. 2).

Nesse sentido, ainda que fosse um veterano na política e na educação catarinense, Henrique Fontes mobilizou frentes diversas na tentativa de exercer a gestão efetiva da instrução e substituir Horácio Nunes¹¹, seu antecessor (A REPÚBLICA, 1896, p. 1). Do rol de ações encampadas em seu exercício de gestão, o manejo com os impressos educacionais chamou atenção sobretudo pela já mencionada publicação da Série Fontes¹², que corroborou com a irradiação do modelo paulista de escola primária graduada (SOUSA, 1998, p. 55), com a conseqüente veiculação de uma representação social da instrução e com a defesa da especificidade do ambiente e do tempo escolar de aprendizado. Por outro lado, a publicação e veiculação da Revista de Ensino Primário fez perceber a reiterada tentativa de atingir e modelar a prática docente pela via da divulgação de materiais atualizados e da veiculação de modelos de atas, boletins e atestados.

Ademais, foram recorrentes o entendimento e a defesa, nos textos da Revista, de sua publicação como parte de um mais amplo esforço de comemoração e celebração de uma nacionalidade exitosa. Foi nesse sentido, por exemplo, que Henrique Fontes se referiu à edição como uma “modesta árvore comemorativa que plantamos na terra feroz de Santa Catarina [...] que, se bem cuidada, com o andar dos anos e em mãos mais hábeis, se irá robustecendo e irá dando sombra, flores, frutos, mestres e alunos” (Fontes, 1922, pág. 1). Também por essa via, anunciou ser a Independência Nacional uma obra ainda incompleta, já que “ignorância e semianalfabetismo são incompatíveis com a democracia” (Ibidem). Dessa forma, ao abordar a temática da comemoração mobilizada em torno da emancipação política nacional, estruturou a narrativa de modo a evidenciar o papel do estado nesse projeto (ainda que na qualidade de

10 No ano de 1925, Henrique Fontes encaminhou ao Diretor do Tesouro do Estado ao menos 234 ofícios prestando informações sobre a vida funcional dos docentes.

11 Horácio Nunes Pires nasceu no Rio de Janeiro em 1855 e faleceu em Florianópolis no ano de 1919. Exerceu os cargos de colaborador da Fazenda Provincial, Engenheiro da Província e da Secretaria do Governo, delegado literário das escolas da capital, fiscal do Teatro Santa Isabel, secretário dos exames gerais de preparatórios, delegado de Polícia da capital, professor do Liceu de Artes e Ofícios, amanuense e 2º oficial da Secretaria do Governo, diretor da Contabilidade do Tesouro Estadual, diretor Geral da instituição Pública, Inspetor Geral da Instrução e diretor da Escola Normal (EL KHATIB, 1970), tendo exercido estes dois últimos cargos concomitantemente (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Ofício expedido por Horácio Nunes Pires a Caetano Vieira da Costa em 18 de abril de 1911*. fl. 71).

12 Ao propor sua adoção em território catarinense, Henrique Fontes substituiu as orientações anteriormente exaradas por Orestes Guimarães, então no cargo de Inspetor Geral do Ensino, que indicou o uso da Série de Leituras Viana no ensino primário catarinense (GUIMARÃES, 1911).

uma “pequena árvore”) e a respaldar as ações encampadas na Diretoria da Instrução como via de defesa da democracia porque contrária ao analfabetismo¹³.

Não por acaso, temas como a adesão de Santa Catarina ao regime republicano (HISTÓRIA DO BRASIL, 1922, p. 43), os expedientes de comemoração do centenário nas escolas estaduais (FONTES, 1922, p. 46 – 47), a educação cívica (EDUCAÇÃO CÍVICA, 1922, p. 40 – 41) e as estatísticas da instrução pública catarinense (A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SANTA CATARINA, 1922, p. 49 – 50) foram destaque na publicação. Ao primeiro coube uma narrativa linear a respeito da adesão catarinense ao regime republicano estruturada em torno de notas fornecidas pelo ex-presidente do Clube Republicano Catarinense, Raulino Horn¹⁴. Segundo ele, a passagem do governo pelo presidente e deputados provinciais, monarquistas, foi pacífica a ponto de haver uma troca de abraços entre seus representantes, sendo prontamente endossada por todos os municípios do estado (FONTES, 1922, p. 43). Obliteraram-se da narrativa, certamente, os desdobramentos posteriores que culminaram na oposição ferrenha entre republicanos e federalistas e suas consequências para a capital catarinense que, a partir de 1894, teve o nome alterado de Nossa Senhora do Desterro para Florianópolis¹⁵.

Também para a apresentação das estatísticas da instrução pública local foi evocada a transcrição da fala de Raulino Horn ao Congresso Representativo em agosto de 1922. Nela, evocou-se o aumento do número de matrículas das escolas públicas estaduais – então representadas pela Escola Normal, escolas complementares, grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas – entre 1918 e 1921, dando destaque ao provimento das escolas isoladas “[...] porque estas [...] em sua maioria, funcionam nas zonas rurais onde, por falta de iniciativa particular, mais necessária é a ação do governo em matéria de ensino” (A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SANTA CATARINA, 1922, p. 47). Também foi destacada a ação no provimento das 168¹⁶ cadeiras mantidas pelo estado em nome da subvenção em cidades de origem colonial para a nacionalização do ensino. Nessa investida registrou-se a matrícula de 8453 alunos e a atuação de Orestes Guimarães – “funcionário trabalhador e zeloso” (Ibidem) – na fiscalização de seu funcionamento.

Ainda no ano de 1922 foram criadas mais trinta escolas em localidades diversas, levando em conta o critério de fundar uma instituição para “1.000 almas” (Idem, p. 48), uma escola

13 Sobre as permanências e rupturas nos discursos a respeito do analfabetismo quando do Centenário da Independência, é válido o entendimento que Almeida (2018) emprestou ao caso do Rio de Janeiro. Para ela, a dubiedade na legislação republicana e o arrefecimento dos dispositivos de obrigatoriedade escolar na então capital federal engendrou uma expansão desigual do projeto de escola na modernidade. Dessa forma, no caso carioca, o fortalecimento dos discursos que colavam democracia e instrução conviveu com o pouco aparelhamento da instrução primária.

14 Um dos fundadores do Partido Republicano Catarinense, membro da junta governativa nomeada por Deodoro da Fonseca por ocasião da Proclamação da República e proeminente político estadual. Exerceu cargo de Senador (1890 a 1899), exerceu funções de Superintendente de Florianópolis, Deputado Estadual ao Congresso Representativo de Santa Catarina e governador interino entre maio de setembro de 1920 e entre outubro de 1921 e setembro de 1922 (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022).

15 Sobre o tema, conferir Axt (2018, p. 107 – 135).

16 No ano de 1922 inauguraram-se mais 22 cadeiras subvencionadas, totalizando a partir de então um montante de 190 (A instrução primária em Santa Catarina, 1922, p. 47).

complementar anexa ao Grupo Escolar Hercílio Luz e uma cadeira na escola noturna da cidade de Joinville (Ibidem). Não obstante, os números totais de matrícula e frequência mostram que era ainda parcial a cobertura escolar do estado. Isso porque das 23.671 matrículas¹⁷ nas 456 escolas isoladas estaduais, eram frequentes 19.794 estudantes (Idem, p. 48), o que é um número bastante abaixo daquele anunciado como baliza para criação de novas instituições educacionais. Não obstante, Raulino Horn noticiou que o estado de Santa Catarina apresentava o espantoso número de 57% de suas crianças nas escolas, ficando atrás somente do Distrito Federal, e sendo o estado da federação que mais investia no ensino primário, dispendendo 20% dos cofres estatais para tanto (A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SANTA CATARINA, 1922, p. 48).

Para além dos dispositivos narrativos mobilizados na forma de uma adesão pacificada à República e na apresentação otimista de números da instrução pública, a Revista de Ensino Primário teve mais da metade de suas páginas ocupada pela transcrição do Regulamento Geral da Instrução Pública (1914) vigente e atualizado. Nessa transcrição, ganharam destaque os dispositivos¹⁸ que reordenaram a hierarquia de gestão da instrução catarinense a partir de 1918, passando ao diretor do ensino as incumbências anteriormente destinadas ao Inspetor Geral do da Instrução, Orestes Guimarães. Também foram várias as citações de decretos e leis que recrudesceram mecanismos de fiscalização escolar, divulgaram seus programas, forneceram instruções quanto à escrituração escolar, à contratação de docentes, ao funcionamento das instituições de acordo com suas categorias, bem como regulamentaram a obrigatoriedade do ensino no estado¹⁹. Ainda no esforço de evidenciar a expansão do projeto educacional estadual, nela divulgaram-se as iniciativas movidas em torno da instalação do Fundo Escolar destinado a auxiliar as despesas da instrução primária nas áreas rurais (A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM SANTA CATARINA, 1922, p. 48), bem como o trabalho efetuado nas escolas subvencionadas (Idem, p. 47).

Também na Revista se tematizou a delimitação das fronteiras e a listagem da população nacional e estadual. Sobre a primeira, demorou-se em apresentar e listar a anexação mais recente, o estado do Acre, e a reforma administrativa que o dividiu nos municípios de Rio Branco, Purús, Xapury, Taranacá e Juruá (TERRITÓRIO NACIONAL DO ACRE, 1922, p. 38). Já a listagem populacional se deu pela transcrição das estatísticas do Censo de 1920,

¹⁷ Na Escola Normal, constava a matrícula de 110 estudantes, sendo 95 frequentes. Nos 11 Grupos Escolares catarinenses constavam 3.585 alunos matriculados, dos quais 2.957 se faziam frequentes. O mesmo padrão se mantinha nas 8 escolas complementares (471 matrículas para 406 frequentes) e nas 6 escolas reunidas (935 matriculados, 789 frequentes) (A instrução pública em Santa Catarina, 1922, p. 48).

¹⁸ Trata-se da lei 1230, de 30 de outubro de 1918, por meio da qual se reorganizou a estrutura da educação catarinense ao destinar a coordenação do corpo de inspetores estaduais ao chefe da Diretoria Geral da Instrução Pública

¹⁹ Na revista foram citados os seguintes decretos e lei: decreto 1181, de 3 de dezembro de 1918, que regulou a inspeção escolar; decreto 1322, de 29 de janeiro de 1920, que baixou programa das escolas isoladas e dos Grupos Escolares; lei 1044, de 14 de setembro de 1915, que regula escrituração das escolas municipais e particulares; lei 1283, de 15 de setembro de 1919, e decreto 1300, de 14 de novembro de 1919, que fala sobre requisitos para contratação de professores provisórios; lei 1380, de 21 de setembro de 1921, que regulamenta ensino privado; lei 1318, de 14 de agosto de 1920, que regulamenta funcionamento de escolas subvencionadas; lei 1187, de 5 de outubro de 1917, que regula a obrigatoriedade do ensino.

que esmiuçou os contingentes populacionais estaduais, de suas respectivas capitais e dos municípios catarinenses (A POPULAÇÃO DO BRASIL; A POPULAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1922, p. 39). Por fim, deu os dados e contornos da cobertura nacional da viação férrea por estado, destacando inclusive a estrada de ferro Tocantins (Pará) que, por não ter sido finalizada, não foi incluída no levantamento (A VIAÇÃO FÉRREA NO BRASIL, 1922, p. 40).

Tais informações coadunam, pois, ao esforço de esquadramento informacional e mapeamento estatístico alavancado pela efeméride já listado no início deste artigo. Aqui, especificamente, interessa apontar que seus dados não somente foram levantados nacionalmente como, em solo catarinense, foram compilados, transcritos e divulgados em revista cujo público visado era o docente do ensino primário, então etapa obrigatória²⁰ da instrução.

Por fim, do rol de materiais e impressos citados na publicação, deu-se especial destaque à revista “Educação – revista mensal dedicada à defesa da instrução no Brasil”, cuja publicação se deu em agosto de 1922, um mês antes da Revista de Ensino Primário catarinense. Dirigida pelo deputado José Augusto Bezerra de Medeiros – que “com calor e tenacidade de apóstolo, tem pregado a necessidade inadiável de atarmos de frente o analfabetismo que nos enfraquece, dissolve e envergonha” (BIBLIOGRAFIA, 1922, p. 40) -, anunciou como objetivo a coordenação e união dos esforços nacionais em torno desse propósito. A isso, a revista catarinense logrou e augurou “inteiro êxito, pois, em matéria de instrução, parece-nos que entramos numa fase que bem lembra os tempos gloriosos em que se evangelizava a Abolição e a República (Ibidem).

Dessa forma, os mecanismos e dispositivos narrativos mobilizados para engendramento da legitimidade das ações da Diretoria de Ensino permearam estruturalmente a publicação. Seja pela constante e exaustiva citação de leis, decretos e regulamentos, pela referência a obras didáticas que aparelhassem a prática docente e a revistas com cujos propósitos conversava, pela apresentação dos dados a respeito do território e do perfil populacional catarinense ou, por fim, pela reiterada propaganda dos dados da expansão do ensino no estado. Por essa via, pretendeu-se divulgar a iniciativa de comemoração do centenário em Santa Catarina como parte de um mais amplo rol de efemérides nacionais e propagandear as ações da Diretoria ao combater o analfabetismo e, dessa forma, contribuir com o esforço democratizador da República. A relação entre expansão da instrução primária e exercício democrático não veio em vão. Assim dada, ela conversa com a delimitação das finalidades da escola, a crescente preocupação em promover e veicular um ideal de nacionalidade una (CARVALHO, 2003a, p. 225 – 251.; 2003b, p. 143 – 164) e o entendimento de que as ações do poder público promoviam a efetiva expansão das taxas de matrícula e frequência²¹. Ainda nesse esteio, os textos da

20 Conforme Regulamento Geral da Instrução Pública (1914) e posterior atualização via lei 1187 (1917), o ensino preliminar se fazia obrigatório a crianças de ambos os sexos, dos seis aos quinze anos. Porém, também no texto desse regulamento conviviam mecanismos de desobrigação à matrícula para aqueles que morassem em distância maior de três quilômetros do local da escola e os que não tenham conseguido vaga nas escolas particulares ou públicas por comprovada pobreza de seus tutores, pais ou responsáveis.

21 A respeito do uso de estatísticas como estratégia para construção da legitimidade e como meio de delimitação dos objetos de intervenção das políticas públicas, conferir Paulilo e Gil (2017, p. 35 – 59).

Revista se esforçaram em evidenciar, pela apresentação de dados, referências e materiais de uso escolar, a participação catarinense nesse amplo projeto comemorativo e formativo.

O APARELHAMENTO DA PRÁTICA

Foi na gestão de Henrique Fontes que as demandas para aparelhamento escolar paulatinamente deslizaram dos pedidos de materiais e mobiliário para os itens de escrituração. Foram, portanto, perenes e crescentes as demandas expedidas pelo diretor do ensino a respeito do correto preenchimento e envio desses materiais à Diretoria, portando inclusive os selos e estampilhas próprios para tanto (PHILIPPI, 2020, p. 105). Esse padrão se manteve também na composição, impressão e veiculação da *Revista de Ensino Primário*. Ao se propor a instrumentalizar a prática docente, sobretudo aquela catapultada pelas comemorações dos cem anos da emancipação política brasileira, a publicação reproduziu uma série de materiais específicos para escrituração das instituições escolares. Veiculou, assim, o modelo de boletim individual de aluno, de boletim mensal das escolas isoladas, com observações e instruções, o modelo atestado de exercício de professor, também com observações, o mapa do movimento de escolas estaduais de município, a ser preenchido pelo chefe escolar e enviado ao diretor da instrução, o modelo de ata de exames e, por fim, a transcrição de circular orientando os dois dias de comemoração do centenário nas escolas estaduais²².

Nessa última, deixou claro se tratar de um programa mínimo ao qual a escola deveria aderir, devendo para tanto convidar as autoridades e personalidades locais, bem como os pais dos estudantes. Também foram claras as instruções quanto à organização do espaço, devendo ele conter um mastro com altura conveniente – no caso, de no mínimo quatro metros – para hasteamento da bandeira e execução do Hino Nacional e do Hino da Bandeira. As lembranças do centenário, oferecidas pelo Governo da República, deveriam ser alocadas no interior da escola ou ao ar livre, em uma mesa devidamente adornada, podendo ser entregue por alguma autoridade local. A essas festividades, ademais, os alunos deveriam “[...] aparecer convenientemente alimentados [e], para poderem assistir a toda a festa, [levando] consigo uma pequena merenda” (A COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO NAS ESCOLAS, 1922, p. 46).

A essa transcrição somaram-se outras. Nelas, organizaram-se excertos de títulos diversos, então apresentados como “subsídios para as aulas” (1922, p. 38 – 43) e como “bibliografia” (1922, p. 44 – 46), bem como a já referenciada compilação do Regulamento Geral da Instrução Pública devidamente atualizado, contendo inclusive as tabelas de vencimentos dos diferentes cargos da instrução e de valores máximos para aluguel de prédio escolar. No primeiro, citaram-se dados sobre a divisão geográfica nacional, a incorporação e organização administrativa do

²² Os festejos de comemoração do Centenário da Independência nas escolas catarinenses foram amplamente noticiados nos jornais locais (A COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO NAS ESCOLAS, 1922, p. 46; A COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO NOS GRUPOS ESCOLARES, 1922, p. 2; AS FESTAS COMEMORATIVAS DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA, 1922, s/p; A PARADA ESCOLAR, 1922, p. 1) e fizeram coro a iniciativas semelhantes operadas em demais estados da federação (BAHIENSE, 1922, S/P).

território do Acre, os dados estatísticos da população brasileira e catarinense, os números da viação férrea nacional, noções de higiene, rudimentos de educação cívica, a transcrição do Hino à Bandeira, dados sobre a organização legislativa e executiva nas esferas estadual e municipal, sobre a Constituição do Estado e, por fim, sobre a adesão catarinense ao regime republicano.

Já na segunda sessão citaram-se os livros “Geografia geral, compêndio destinado às Escolas Normais, Liceus, Ginásios, Ateneus, Colégios Militares, Cursos de Adultos e de Preparatórios”, de autoria de Olavo Freire (1921), “Breviário de higiene, obra didática e de vulgarização de preceitos práticos” (1922), por José Rangel (anunciado na publicação como membro da Academia Mineira e do Conselho de Instrução do Estado de Minas Gerais), “História Natural ou o Brasil e suas riquezas e algumas noções de higiene, para uso das escolas²³” (1922), de Waldemiro Potsch (do Colégio Pedro II) e a já referenciada publicação da “Revista Educação” (1922), dirigida pelo deputado José Augusto. Em comum, tais publicações tem a data de lançamento recente e a destinação ao uso na instrução primária ou secundária. Essa escolha, por sua vez, foi anunciadamente deliberada, tal qual em comentário a respeito do livro “Geografia Geral”:

A geografia, pois, agora mais do que em outras épocas, precisa de ser estudada por livros de data recente, porque essa guerra, além das grandes modificações que já acarretou, deixou o mundo em tal situação de instabilidade que os que se dedicam ao ensino da geografia são forçados a acompanhar cotidianamente o desenrolar dos acontecimentos da política internacional, para não se arrisquem a ensinar coisas obsoletas (BIBLIOGRAFIA, 1922, p. 44).

Pesava, portanto, a novidade da publicação para que ela desse conta dos reordenamentos territoriais decorrentes da, então recente, Primeira Guerra Mundial. Para além do critério de novidade da obra, contou também o fato de ela ter sido escrita não somente por quem sabe geografia, mas por quem tem “grande conhecimento de como se ensina geografia” (Ibidem). Dessa forma, somaram-se como critérios centrais a proficiência em matéria de ensino, bem como a sua atualidade.

A listagem dos subsídios para a docência e das referências bibliográficas atualizadas conversa, ademais, com uma série de iniciativas capitaneadas na gestão de Henrique da Silva Fontes quando na Diretoria da Instrução Catarinense. Elas, por sua vez, agenciaram disputas que respingaram na materialidade destinada à instituição escolar, sobretudo primária. A esse respeito, o diretor do ensino alegou ser “[...] a nossa literatura didática [...] ainda pobre, e os livros nacionais [...], em geral, caros, de modo que o professor só dificilmente pode organizar modestíssima biblioteca e andar em dia com o que de novo vai surgindo em matéria de instrução” (FONTES, 1922, pág. 1). Dessa forma, escolheu operar na publicação da *Revista* pela compilação e listagem de obras recentes e de uso didático, no anunciado objetivo de aparelhamento da prática docente.

23 Conforme apresentação da Revista de Ensino Primário, tratou-se de obra já na sua terceira edição e premiada pela academia de letras em 1921 como melhor obra para divulgação do ensino primário (BIBLIOGRAFIA, 1922, p. 45).

Vale, todavia, lembrar que a escolha e seleção das obras citadas, bem como dos excertos selecionados, conversa com dos dispositivos de construção de legitimidade de seu lugar de mando e do lugar de Santa Catarina no rol nacional de comemorações nacionais do Centenário da Independência. O aparelhamento docente proposto na *Revista* e respaldado pelo perfil de gerenciamento do ensino de Henrique Fontes não foi, portanto, neutro. Nesse sentido, é ilustrativa a versão escolhida para alinhar a narrativa da adesão catarinense à República, bem como o uso das estatísticas de modo a evidenciarem a expansão do ensino primário, sobretudo nas áreas rurais. Para além disso, foi também em meio ao exercício de Henrique Fontes que se publicou e adotou, em substituição à *Série de Leitura Viana* anteriormente indicada por Orestes Guimarães e já adotada nas escolas primárias paulistas, a *Série Graduada de Leitura Fontes*, cuja adoção nas mais diferentes categorias de escolas no estado foi bastante longa²⁴ e delimitou um espaço de projeção ao então diretor de ensino.

Essas disputas na materialidade se fizeram ver também na compilação de modelos de boletins, mapas de frequência, atestado de exercício e demais itens para preenchimento docente. Isso porque, no modelo de Boletim Mensal e de Atestado de Exercício, são firmemente esmiuçadas orientações bastante precisas para seu correto preenchimento, envio e postagem. No primeiro, requisitam-se informações referentes à escola – denominação da unidade, se masculina, feminina ou mista, localização e aluguel – ao professor – nome, estatuto, data do primeiro exercício no magistério público, data de início do exercício atual e licenças concedidas – e aos alunos – número de dias letivos no mês, número de alunos presentes no último dia do mês, de comparecimentos, faltas, frequência média mensal, estatísticas de matriculados e eliminados durante o mês e contagem final de matrículas. Em todos os dados, solicitava-se a demarcação do sexo e naturalidade (se brasileiro ou estrangeiro) dos estudantes. Por fim, no item “informações relativas à inspeção” pede-se a data e o responsável pela sua efetiva realização, sendo ele inspetor ou chefe escolar. Ao final, como observações, esmiúçam-se as seguintes recomendações:

1. A frequência média mensal é tirada dividindo-se o número de comparecimentos pelo número de dias letivos do mês.
2. A porcentagem frequência é obtida multiplicando-se a frequência média por 100 e dividindo-se o produto pelo número de alunos matriculados.
3. Toda a escola para poder ser mantida deverá ter no mínimo a frequência de 20 alunos nas cidades e de 15 nas vilas, etc. (art. 101 do Regulamento.)
4. O professor deve encher e enviar este boletim ao chefe escolar no dia por ele determinado, mesmo que não tenha de promover o recebimento de seus ordenados (art. 32 n. 10).
5. A falta determinada por serviços eleitorais é abonada.
6. O professor não pôde deixar o exercício do cargo sem prévia licença da autoridade competente.

24 O uso da Série Fontes foi adotado não somente na instrução primária estadual, mas também nas escolas mantidas pelo governo federal, nas escolas municipais e na Escola Normal, inclusive para ensino do idioma alemão (A REPÚBLICA, 1928, p. 2). Ademais, sua adoção foi longa, sendo ainda o material indicado para uso didático nas Escolas Isoladas e Grupos Escolares em 1928, quando novo decreto sobre o tema foi expedido.

7. Sendo substituto, o professor em exercício, deve declarar em seguida, ao seu nome o do proprietário da cadeira e o motivo porque o mesmo se acha ausente.
8. Os alunos do sexo masculino matriculados em escolas mistas, devem ser eliminados logo que atingirem a idade de 12 anos.
9. O material escolar deve ser entregue ao chefe escolar sempre que o professor deixar a escola, nos termos do artigo 94 n. 8 do Regulamento.
10. Estes boletins devem ser requisitados em escritórios, pelo chefe escolar, e entregues, com toda a parcimônia aos professores (ANEXO 3, ARTIGO 94, NÚMERO 13 DO REGIMENTO, 1922, p. 32).

A tais observações somaram-se, após compilação de modelo de atestado de exercício, a de que “[...] quando o professor ou professora tiver assumido ou reassumido exercício no mês a que se referiu o atestado, faça-se constar isso nas observações (Anexo 4, 1922, p. 34)”, de serem justificadas os motivos das faltas, quando essas existirem e, por fim, um breve lembrete de que aquelas por motivo de moléstia só podem ser justificadas três vezes ao mês (Ibidem).

Em tais observações pesam as prescrições para preenchimento e os lembretes sobre alguns parâmetros para o exercício. Vale aqui destacar a delimitação dos protocolos para seu envio – seja pela mobilização de inspetor ou chefe escolar, devendo ser sua tramitação devidamente oficiada junto à diretoria – e o reiterado cuidado com a compilação dos números relativos à instrução pública. Sobretudo nesse último item, chamam atenção as delimitações sobre cálculo de frequência média mensal, percentagem de presenças e delimitação do perfil do alunado. Da forma como aqui se entende, também essas observações para preenchimento dizem respeito não somente ao estabelecimento da hierarquia organizacional da instrução pública, aqui marcadamente pela mobilização e delimitação da relação entre membros da docência e da inspetoria, mas à crescente importância dada ao estabelecimento das estatísticas como fator organizacional e divulgador das iniciativas encampadas pela diretoria de ensino.

CONCLUSÃO

Os ecos das festividades organizadas em torno do Centenário da Independência em Santa Catarina ressoaram. As festividades escolares, divulgadas nos jornais e na circular transcrita na *Revista de Ensino Primário*, tiveram sua execução acompanhada de perto por Henrique Fontes, sobretudo nos grupos escolares da capital (AS FESTAS DO CENTENÁRIO NESTA CAPITAL, 1922, p. 2). Elas foram fortemente elogiadas pela comissão organizadora dos festejos (A PARADA ESCOLAR, 1922, p. 1) e em relatórios de governo que as destacaram por “[...] bem demonstrarem que as [...] casas de ensino [cumprem] a sua [...] missão de propagadoras de sentimento cívico” (SANTA CATARINA, 1923, p. 4). A *Revista de Ensino Primário*, porém, teve sua breve existência pontuada pela realização dessas efemérides, não sendo posteriormente localizado nenhum novo número editado.

Novas publicações voltadas ao público docente catarinense e exaradas pela Diretoria Geral da Instrução Pública ganhariam forma somente na década seguinte, com a publicação

dos *Boletins da Diretoria Geral da Instrução Pública* (1934) e, posteriormente, da *Revista de Educação – órgão do professorado catarinense*²⁵ (1936 – 1937). Neste ínterim, a chefia da pasta passou para nomes como Antônio Mâncio da Costa, Adriano Mosimann e Francisco Barreiros Filho. Henrique da Silva Fontes, por sua vez, formou-se em Direito na Universidade Federal do Paraná (1927) e seguiu operando na hierarquia da instrução pública catarinense com proeminência tendo, inclusive, manejado as tratativas para a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, atual Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina (ALMEIDA, 2016. S/p).

Nesse sentido, sua trajetória nas esferas de gerenciamento da educação e política catarinense ultrapassou em muito a breve vida da *Revista*. Nela, porém, interessou perceber as nuances de construção da narrativa que o consolidou na posição de Diretor do Ensino em um momento que a pasta assumia a coordenação do corpo de inspetores estadual e que a substituição da *Série de Leitura Viana* pela *Série Fontes* era recente. Ademais, a reiterada afirmação do estado de Santa Catarina como parte dos expedientes nacionais de comemoração do centenário mobilizou também esforços na afirmação de seu pertencimento a um projeto de República que, indiretamente, se celebrava.

A *Revista de Ensino Primário*, dessa forma, operou em um único volume uma série de dispositivos textuais e narrativos que ordenou dados e referências e que, por essa via, prescreveu uma série de práticas de escrituração escolar e controle estatístico do alunado para a docência estadual. Também a ideia de fornecer um subsídio voltado especificamente à instrução primária fortaleceu não somente o lugar estabelecido pela Diretoria Geral da Instrução Pública, mas também dos autores e divulgadores das obras que tiveram citações e trechos compilados no corpo da publicação. Não por acaso, os colaboradores citados tiveram seus trânsitos políticos tangenciados pelo Partido Republicano Catarinense e pela ocupação de cargos de gestão na instrução pública nos níveis federal e estadual.

Por fim, vale destacar a centralidade da veiculação de obras didáticas e materiais de escrituração escolar como um dos veios de controle do trabalho docente no estado e, conseqüentemente, de fortalecimento das ações da Diretoria. Tratava-se, portanto, de uma iniciativa editorial que, ainda que transitória, informou a respeito do engendramento de uma estrutura de mando na instrução pública e da tentativa de normatização das práticas dos professores primários locais, inserindo-se assim em um momento de disputas no agenciamento político do aniversário da Independência.

REFERÊNCIAS

A comemoração do centenário do Brasil. **A República** – órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis, 23 de maio de 1920. Ano XV, número 486. Florianópolis. Pág. 1.

²⁵ Sobre a *Revista de Educação* catarinense, conferir Favarin (2018).

- A comemoração do centenário nos Grupos Escolares. **República** – órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano XVII, número 1152. Florianópolis, 7 de setembro de 1922. Pág. 2.
- A instrução primária em Santa Catarina. **Revista de Ensino Primário**. Florianópolis, setembro de 1922. Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis. Pág. 49 – 50.
- As festas comemorativas do Centenário da Independência. **O Estado** – jornal independente de maior circulação em Santa Catarina. Ano VIII, número 2463. Florianópolis, 11 de setembro de 1922. S/p.
- As festas do centenário nesta capital. **A República** – órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis, 7 de setembro de 1922. Ano XVII, número 1152. Florianópolis. Pág. 2.
- ALMEIDA, Cíntia Borges de. **Um paiz de poucas letras?** Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na Cidade Maravilhosa (1900-1922). 2018. 369 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/10463>. Acesso 4 de dezembro de 2022.
- ALMEIDA, Rosane Bion. *de*. ‘Nossos Monumentos’: bustos de três catarinenses, pilares do ensino superior no estado. (2016). **Notícias UFSC**. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2016/09/serie-monumentos-bustos-de-tres-catarinenses-pilares-do-ensino-superior-no-estado/>. Acesso 12 de agosto de 2022.
- Anexo 3, artigo 94, número 13 do Regimento. **Revista de Ensino Primário**. Florianópolis, setembro de 1922. Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis. Pág. 30 – 32.
- Anexo 4. **Revista de Ensino Primário**. Florianópolis, setembro de 1922. Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis. Pág. 33 – 34.
- A parada escolar. **A República** – órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis, 13 de setembro de 1923. Ano XVII, número 1155. Florianópolis. Pág. 1.
- A população do Brasil. **Revista de Ensino Primário**. Florianópolis, setembro de 1922. Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis. Pág. 39.
- A população do estado de Santa Catarina. **Revista de Ensino Primário**. Florianópolis, setembro de 1922. Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis. Pág. 39.
- A sua chegada. **O Estado** – Jornal de maior circulação em Santa Catharina. Ano IV, Número 1004. Florianópolis, 8 de setembro de 1918. Pág. 1.
- A República** – Órgão do Partido Liberal Catarinense. Florianópolis: Imprensa Oficial, 28 de março de 1928. Número 448, ano II. Pág. 2.
- A viação férrea no Brasil. **Revista de Ensino Primário**. Florianópolis, setembro de 1922. Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis. Pág. 40.
- AXT, Gunther. A Revolução Federalista (1893-1895): guerra civil no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, a. 178 (477):107-135. 2018.
- BAHIENSE, Priscilla Nogueira; FONSECA, Nelma Marçal Lacerda Fonseca. A Educação no Centenário da Independência do Brasil (1922). **Revista Brasileira de Educação Básica**, Belo Horizonte – online, Vol. 6, Número Especial – Bicentenário da Independência, setembro, 2022, ISSN 2526-1126. Disponível em: < <http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2022/09/02-A-EDUCACAO-NO-CENTENARIO-DA-INDEPENDENCIA-DO-BRASIL-1922.docx.pdf> >. Acesso em 1 de dezembro de 2022.

- Bibliografia. **Revista de Ensino Primário**. Florianópolis, setembro de 1922. Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis. Pág. 44 – 46.
- BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Revista História da Educação**. Volume 18, número 44. Set. Dez./2014, pág. 99 – 127. Disponível em https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/45765/pdf_31. Acesso 29 de setembro de 2021.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Da pedagogia como arte de ensinar à pedagogia científica: a Revista de Ensino e a difusão de modelos pedagógicos estrangeiros (1902- 1918). In: NERY, A.C. B.; GONDRA, J. (org.). **Imprensa pedagógica na Ibero-América: local, nacional e transnacional**. Ebook. São Paulo: Alameda, 2018. S/p.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, de Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. (Coleção historial, v6). 2003a. Pág. 225 – 251.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A República, a escola e os perigos do alfabeto. In: **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF. 2003b. Pág. 143 – 164.
- CATANI, Denice; SILVA, Vivian Batista da. Memória e história da profissão dos professores: as representações sobre o trabalho docente nos manuais pedagógicos. **Educação em foco: órgão oficial da faculdade de Educação/Centro Pedagógico da Universidade Federal de Juiz de Fora**. v. 12, n. 1, p. 159-183, mar./ago. 2007. Disponível em https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2009/10/3430-2-Ana-Maria-_7_1.pdf.
- Centenário do Brasil. **O Dia** – órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis, 22 de agosto de 1917. Ano XVII, número 8731. Florianópolis. Pág. 3.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 15^a ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CERTEAU, Michel de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANYI, M. I. (org). **Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano** (Anais do Encontro). São Paulo: FAU/USP, 1985, p. 3 – 19.
- COSTA, Patrícia Coelho da; SOARES, Jefferson da Costa. O centenário da independência brasileira em nossas escolas primárias: narrativas históricas escolares em disputa. (2020). **Revista Brasileira de História da Educação**, 20. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e130>
- Dicionário do Brasil. **O Estado** – Jornal de maior circulação em Santa Catharina. Ano IV, Número 1016. Florianópolis, 24 de setembro de 1918. Florianópolis. Pág. 2.
- DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Ofício expedido por Horácio Nunes Pires a Caetano Vieira da Costa em 18 de abril de 1911**. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Ofícios expedidos pela Diretoria da Instrução Pública 1910/1911. Florianópolis, APESC, folha 71.
- DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Ofício expedido por Henrique Fontes ao Secretário do Interior e Justiça em 13 de setembro de 1920**. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Ofícios expedidos pela Diretoria da Instrução Pública 1920/1921. Florianópolis, APESC. Ofício 2841, folha 65.
- DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Ofício expedido por Henrique Fontes ao Secretário do Interior de Justiça em 22 de setembro de 1920**. ARQUIVO PÚBLICO DO

ESTADO DE SANTA CATARINA. Ofícios expedidos pela Diretoria da Instrução Pública 1920/1921. Florianópolis, APESC. Ofício 2952, folha 7.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Ofício expedido por Henrique Fontes ao Diretor do Grupo Escolar Vidal Ramos em 17 de janeiro de 1926.** ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Ofícios expedidos pela Diretoria da Instrução Pública 1926. Florianópolis, APESC. S/p.

Diretoria Geral da Instrução Pública. (1922, setembro). **Revista de Ensino Primário.** Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis.

Echos e Fatos. **A República** – órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano XV, número 491. Florianópolis, 29 de maio de 1920. Pág. 2.

Educação Cívica. **Revista de Ensino Primário.** Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis, setembro de 1922. Pág. 40 – 41.

EL-KHATIB, Faisal. **História de Santa Catarina** – Volume 4. Curitiba: Grafipar, 1970.

Expedientes do sr. Secretário Geral dos Negócios do Estado. **O Dia** – órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis, 31 de agosto de 1916. Ano XVI, número 8385. Pág. 2.

FAVARIN, Thaís Cardozo. **Ensino pensado para o rural:** projeto de modernização do ensino na Revista de Educação (Santa Catarina – década de 1930). 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Santa Catarina. 2018.

FONTES, Henrique. Causas e fins. **Revista de Ensino Primário.** Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis, setembro de 1922. Pág. 1.

FONTES, Henrique. A comemoração do centenário nas escolas. **Revista de Ensino Primário.** Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis, setembro de 1922. Pág. 46 – 47.

GUIMARÃES, Orestes de Oliveira. **Parecer sobre a adoção de obras didáticas.** *Apresentado ao Excelentíssimo Senhor Coronel Vidal José de Oliveira Ramos – Governador do Estado de Santa Catarina – pelo professor contratado Orestes de Oliveira Guimarães.* Florianópolis: Gabinete Tipográfico O Dia, 1911.

História do Brasil. **Revista de Ensino Primário.** Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis, setembro de 1922. Pág. 43.

KAFER, Eduardo Luis Flach. **Entre a Memória e a História:** a historiografia da Independência nos cem anos da emancipação. 2016 126 f. Mestrado em História Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Irmão José Otão, PUCRS.

Memória política de Santa Catarina. **Biografia Raulino Horn.** 2022. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/824-Raulino_Horn>. Acesso em: 08 de agosto de 2022.

Mensagem apresentada pelo exmo. Sr. Wenceslau Braz ao Congresso Nacional em 3 de maio de 1917. **O Dia** – órgão do Partido Republicano Catarinense. Ano XVII, número 8638. Florianópolis, 23 de maio de 1917. Pág. 2.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Os esquecidos no processo de independência: uma história a se fazer. **Almanack.** Volume 25. 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2236-463325ef00220>. Acesso 4 de dezembro de 2022.

- OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a república manda guardar. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 4, 1989, p. 172-189
- O centenário da independência do Brasil. **A República** – órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis, 13 de julho de 1920. Ano XV, número 528. Pág. 1.
- O centenário da independência do Brasil. **O Estado** – jornal de maior circulação de Santa Catarina. Florianópolis, 8 de janeiro de 1918. Ano III, número 801. Pág. 1.
- O monumento aos heróis do Paraguai. **A República** – órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis, 5 de fevereiro de 1920. Ano XV, número 401. Pág. 2.
- O novo diretor da instrução pública. **O Estado** – Jornal de maior circulação em Santa Catharina. Florianópolis, 22 de maio de 1919. Ano V, Número 1212. Florianópolis. Pág. 1.
- Parte oficial. **O Dia** – órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis, 17 de outubro de 1917 Ano XVII, número 8788. Pág. 2.
- PAULILO, André; Luiz.; GIL, Natália. Rendimento do ensino no Brasil: os problemas que os números configuram e os usos das estatísticas de educação (1910-1938). **Currículo sem Fronteiras**. Volume 17, número 1, p. 35-59. Janeiro/ abril de 2917
- Pela secretaria. **A República** – Órgão do Partido Republicano Catarinense. Imprensa Oficial. Florianópolis, 13 de novembro de 1896. Ano VII, número 250.
- PIAZZA, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Florianópolis, 1985.
- PHILIPPI, Carolina Cechella. **A burocracia disputada** – expedientes e rotinas no gerenciamento da instrução (Santa Catarina, 1911 – 1940) 2020. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas. 2020.
- PROCHNOW, Denise. **As lições da Série Fontes no contexto da Reforma Orestes Guimarães em Santa Catarina (1911 – 1935)**. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. 2009.
- ROMANO, Antonio. Prefácio. NERY, Ana Clara Bortoleto; GONDRA, José (org.). **Imprensa pedagógica na Ibero-América** [recurso eletrônico]: local, nacional e transnacional. São Paulo: Alameda, 2018. S/p.
- SALGADO, Diego Dias. Celebrações escolares nas notícias do 7 de setembro de 1922. **Pensar a educação** – um jornal para a educação básica. 2021. Disponível em <http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/celebracoes-escolares-nas-noticias-do-7-de-setembro-de-1922/>. Acesso 1 de dezembro de 2022.
- SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 22 de julho de 1923 pelo engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz, governador do estado de Santa Catarina**. Estado de Santa Catarina: Imprensa Oficial. Florianópolis, 1923. Pág. 4.
- SANTA CATARINA. Centenário da Independência. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 16 de agosto de 1922 pelo Coronel Raulino Julio Adolpho Horn, presidente do mesmo Congresso, em exercício no cargo de governador de Santa Catarina**. Estado de Santa Catarina: Imprensa Oficial. Florianópolis, 1922. Pág. 20 – 23.
- SANTA CATARINA. Conferência de limites interestaduais. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 22 de julho de 1920 pelo engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz,**

vice-governador no exercício do cargo de governador do estado de Santa Catarina. Estado de Santa Catarina: Imprensa Oficial. Florianópolis, 1920. Pág. 10 – 12.

SANTA CATARINA. Conferência de limites interestaduais. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 22 de julho de 1921 pelo governador Hercílio Pedro da Luz, governador no exercício do cargo de governador do estado de Santa Catarina.** Estado de Santa Catarina: Imprensa Oficial. Florianópolis, 1921. Pág. 11 – 12.

SANTA CATARINA. Regulamento Geral da Instrução Pública. Execução da Lei número 967, de 22 de agosto de 1913. **Revista de Ensino Primário.** Legislação escolar. Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis, setembro de 1922. Pág. 2 – 27.

SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara. A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira. **Revista Inst. Estudos Brasileiros.** São Paulo: 37, 1994. Pág. 177 – 183.

SOUZA, Rosa Fátima. Os pilares da República. In: **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).** Editora Unesp. São Paulo, 1998. Pág. 25-61.

Subsídios para as aulas. **Revista de Ensino Primário.** Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis, setembro de 1922. Pág. 38 – 43.

Território nacional do Acre. **Revista de Ensino Primário.** Tipografia da Livraria Moderna. Ano I, Número 1. Florianópolis, setembro de 1922. Pág. 38.

VIDAL, Diana Gonçalves. O fracasso das reformas educacionais: um diagnóstico sob suspeita (Rio de Janeiro, 1927 – 1930) **Educação em Foco** – número especial. Juiz de Fora, pág. 11 – 24. Março/agosto de 2007.

CAROLINA CEHELLA PHILIPPI é professora assistente junto ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras (Unesp – Araraquara). Pesquisadora colaboradora junto à Linha de Pesquisa Educação e História Cultural (Faculdade de Educação – Unicamp). Coordenadora docente do Cursinho Popular Geração Near, (Proec/ Unesp). Atuou como supervisora da Seção Sociopedagógico e Pedagoga da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) vinculada à linha de pesquisa Educação e História Cultural. Pesquisadora junto ao Programa de Extensão e Pesquisa Historiar a Educação.

E-mail: carolinacechella@gmail.com